

Gestão 2020-2022

Procurador-Geral de Justiça
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Paulo Cezar dos Passos
Corregedor-Geral do Ministério Público
Marcos Antonio Martins Sottoriva
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Antonio Siufi Neto
Ouvidor do Ministério Público
Olavo Monteiro Mascarenhas

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça *Sérgio Luiz Morelli*
Procurador de Justiça *Mauri Valentim Ricciotti*
Procurador de Justiça *Hudson Shiguer Kinashi*
Procurador de Justiça *Olavo Monteiro Mascarenhas*
Procuradora de Justiça *Irma Vieira de Santana e Anzoategui*
Procuradora de Justiça *Nilza Gomes da Silva*
Procurador de Justiça *Silvio Cesar Maluf*
Procurador de Justiça *Antonio Siufi Neto*
Procurador de Justiça *Evaldo Borges Rodrigues da Costa*
Procuradora de Justiça *Marigô Regina Bittar Bezerra*
Procurador de Justiça *Belmires Soles Ribeiro*
Procurador de Justiça *Humberto de Matos Brittes*
Procurador de Justiça *Miguel Vieira da Silva*
Procurador de Justiça *João Albino Cardoso Filho*
Procuradora de Justiça *Lucienne Reis D'Ávila*
Procuradora de Justiça *Ariadne de Fátima Cantú da Silva*
Procurador de Justiça *Francisco Neves Júnior*
Procurador de Justiça *Edgar Roberto Lemos de Miranda*

Procurador de Justiça *Marcos Antonio Martins Sottoriva*
Procuradora de Justiça *Esther Sousa de Oliveira*
Procurador de Justiça *Aroldo José de Lima*
Procurador de Justiça *Adhemar Mombrum de Carvalho Neto*
Procurador de Justiça *Gerardo Eriberto de Moraes*
Procurador de Justiça *Luis Alberto Safrader*
Procuradora de Justiça *Sara Francisco Silva*
Procuradora de Justiça *Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya*
Procuradora de Justiça *Mara Cristiane Crisóstomo Bravo*
Procurador de Justiça *Helton Fonseca Bernardes*
Procurador de Justiça *Gilberto Robalinho da Silva*
Procurador de Justiça *Paulo Cezar dos Passos*
Procuradora de Justiça *Jaceguara Dantas da Silva*
Procurador de Justiça *Rodrigo Jacobina Stephanini*
Procurador de Justiça *Silasneiton Gonçalves*
Procurador de Justiça *Sérgio Fernando Raimundo Harfouche*
Procurador de Justiça *Alexandre Lima Raslan*

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais
(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão
e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência
(67) 3318-2160 e-mail: caodh@mpms.mp.br

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

RESOLUÇÃO Nº 28/2020-PGJ, DE 26 DE MAIO DE 2020.

Altera a Resolução nº 27/2020-PGJ, que dispõe sobre a criação do Comitê de Análise das Condições para o retorno gradual ao trabalho presencial, prorroga o Regime Diferenciado de Atendimento de Urgência (RDAU), bem como institui o Regime de Expediente Excepcional (REE) no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, inciso V, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e

CONSIDERANDO a Portaria nº 79, de 22 de maio de 2020, do Conselho Nacional de Justiça, que prorroga no âmbito do Poder Judiciário, em parte, o regime instituído pelas Resoluções nº 313, de 19 de março de 2020, nº 314, de 20 de abril de 2020, e nº 318, de 07 de maio de 2020, e dá outras providências;

CONSIDERANDO a Portaria nº 1.768, de 22 de maio de 2020, do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, que prorroga prazos da Portaria nº 1.746, de 24 de abril de 2020, referente ao Regime de Plantão Extraordinário, na forma da Portaria nº. 79, de 22 de maio de 2020, do Conselho Nacional de Justiça;

RESOLVE:

Art. 1º O art. 2º da Resolução nº 27/2020/PJ, de 15 de maio de 2020, passa vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º O Comitê de Análise das Condições para o retorno gradual do trabalho presencial no Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS) será presidido pelo Procurador-Geral de Justiça, secretariado pela Secretária-Geral do MPMS, e também composto pelos seguintes integrantes:

- I – Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico;*
- II – Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo;*
- III – Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional;*
- IV – Corregedor-Geral do MPMS;*
- V – Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça;*
- VI – Assessores Especiais do Procurador-Geral de Justiça;*
- VII – Assessores Especiais do Corregedor-Geral do MPMS;*
- VIII – Membros da Força-Tarefa COVID-19 do MPMS;*
- IX – Coordenador-Geral e Coordenadora-Adjunta do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GAEDS;*
- X – Coordenadora do Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado (Gaeco);*
- XI – Presidente da Associação Sul-Mato-Grossense dos Membros do Ministério Público (ASMMP);*
- XII – Assessor Militar Coordenador do Setor de Segurança e Apoio Técnico Operacional.*
- XIII – Representante do Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul – SINSEMP-MS.”*

Art. 2º O art. 3º da Resolução nº 27/2020/PJ, de 15 de maio de 2020, passa vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º O Regime Diferenciado de Atendimento de Urgência (RDAU) no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, estabelecido em conformidade com a Resolução nº 007/2020-PGJ, de 19 de março de 2020, fica prorrogado até o dia 14 de junho de 2020, naquilo que for compatível com a presente Resolução, podendo ser alterado por ato do Procurador-Geral de Justiça.”

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande, 26 de maio de 2020.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1580/2020-PGJ, DE 4.5.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Ricardo de Melo Alves, Assessor Especial do Procurador-Geral de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, compor a comissão responsável pela implementação dos trabalhos inerentes ao Fundo Nacional Antidrogas (FUNAD); e revogar a Portaria nº 1204/2020-PGJ, de 6.4.2020.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1897/2020-PGJ, DE 25.5.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “P” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os Promotores de Justiça Lívia Carla Guadanhim Bariani e José Arturo Iunes Bobadilla Garcia para, sem prejuízo de suas funções, atuarem conjuntamente nos procedimentos oriundos da força-tarefa instituída pela Portaria/DGPC/SEJUSP/MS nº 144, de 31.10.2018, distribuídos junto à 1ª Vara do Tribunal do Júri da comarca de Campo Grande.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1785/2020-PGJ, DE 21.5.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, férias regulamentares aos Promotores de Justiça abaixo nominados, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO INDEFERIDO
André Antônio Camargo Lorenzoni	2019/2020	30	13.4 a 12.5.2020
Bianka Karina Barros da Costa	2019/2020	30	6.4 a 5.5.2020
Edival Goulart Quirino	2016/2017	30	16.4 a 15.5.2020
Ludmila de Paula Castro Silva	2018/2019	30	5.5 a 3.6.2020
Moisés Casarotto	2019/2020	30	4.5 a 2.6.2020

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1898/2020-PGJ, DE 25.5.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 4539/2019-PGJ, de 4.12.2019, alterada pela Portaria nº 158/2020-PGJ, de 17.1.2020, na parte que concedeu ao Promotor de Justiça Rodrigo Cintra Franco o 2º período de férias, que seria usufruído de 15 a 25.6.2020.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 1821/2020-PGJ, DE 21.5.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, férias remanescentes ao Promotor de Justiça abaixo nominado, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO INDEFERIDO
Fernando Marcelo Peixoto Lanza	2013/2014	19	4 a 22.5.2020
	2019/2020	11	23.5 a 2.6.2020

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 1896/2020-PGJ, DE 25.5.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o seguinte membro e servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do termo de cooperação técnica objeto do Processo PGJ/10/4484/2019 nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestor do Contrato – Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa, Promotor de Justiça; 1.1) Suplente – Sabrina Lopes Baes Figueira Ferreira, Diretora da Secretaria de Planejamento e Gestão; 2) Fiscal – Daniel Fernando Tiburcio, Chefe da Divisão de Elaboração e Gestão de Projetos e de Captação de Recursos; 2.1) Suplente – Luiz Fernando Koyanagi, Analista/Administração; e revogar a Portaria nº 4413/2019-PGJ, de 28.11.2019.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 1917/2020-PGJ, DE 26.5.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Bianka Karina Barros da Costa, Secretária-Geral do Ministério Público, e os servidores Wellington Gradella Marthos, Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas, Sabrina Lopes Baes Figueira Ferreira, Diretora da Secretaria de Planejamento e Gestão, Christiane de Oliveira Landgraf Pinto, Chefe do Departamento de Gestão de Pessoas, Augusto Aparecido Ribeiro Colato e Murilo Rolim Neto, Técnicos II, Karla Nogueira Steil, Técnica I, Desirée Oliveira da Silveira, Analista/Assistente Social, e Lindomar Pacheco, Analista/Psicóloga, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, sob a presidência da primeira, comporem a Comissão do Projeto Qualidade de Vida no Trabalho no MPMS - QVT/MPMS.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 0078/2020/AOP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar n° 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar ao Promotor de Justiça João Meneghini Girelli, que oficia perante a Promotoria de Justiça da comarca de Anastácio-MS, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Notícia de Fato n° 01.2020.00003536-3, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 13 de maio de 2020.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 0079/2020/AOP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar n° 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar ao Promotor de Justiça João Meneghini Girelli, que oficia perante a Promotoria de Justiça da comarca de Anastácio-MS, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Inquérito Civil n° 06.2017.00000570-6, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 13 de maio de 2020.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 0080/2020/AOP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar n° 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar ao Promotor de Justiça João Meneghini Girelli, que oficia perante a Promotoria de Justiça da comarca de Anastácio-MS, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Inquérito Civil n° 06.2017.00000573-9, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 13 de maio de 2020.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 0081/2020/AOP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar n° 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar à Promotora de Justiça Nara Mendes dos Santos Fernandes, que oficia perante a 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Amambai-MS, a quem a substituir ou a quem a suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Notícia de Fato n° 01.2020.00003673-0, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 14 de maio de 2020.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 0082/2020/AOP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar n° 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar ao Promotor de Justiça Marcos Alex Vera de Oliveira, que oficia perante a 30ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande-MS, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos do Protocolo n° 02.2020.00026864-8, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 18 de maio de 2020.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 0083/2020/AOP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar n° 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar ao Promotor de Justiça Marcos Alex Vera de Oliveira, que oficia perante a 30ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande-MS, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos do Protocolo n° 02.2020.00026773-8, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 18 de maio de 2020.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 0084/2020/AOP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar ao Promotor de Justiça Felipe Almeida Marques, que oficia perante a Promotoria de Justiça da comarca de Iguatemi-MS, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Notícia de Fato nº 01.2020.00003733-9, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 18 de maio de 2020.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 0085/2020/AOP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar ao Promotor de Justiça Felipe Almeida Marques, que oficia perante a Promotoria de Justiça da comarca de Iguatemi-MS, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Notícia de Fato nº 01.2020.00003508-5, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 18 de maio de 2020.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 0086/2020/AOP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar ao Promotor de Justiça Felipe Almeida Marques, que oficia perante a Promotoria de Justiça da comarca de Iguatemi-MS, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Notícia de Fato nº 01.2020.00003507-4, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 18 de maio de 2020.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 0087/2020/AOP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar ao Promotor de Justiça Felipe Almeida Marques, que oficia perante a Promotoria de Justiça da comarca de Iguatemi-MS, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Notícia de Fato nº 01.2020.00003121-2, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 18 de maio de 2020.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 0088/2020/AOP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar ao Promotor de Justiça Felipe Almeida Marques, que oficia perante a Promotoria de Justiça da comarca de Iguatemi-MS, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Notícia de Fato nº 01.2020.00002637-5, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 18 de maio de 2020.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 0089/2020/AOP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar ao Promotor de Justiça Humberto Lapa Ferri, que oficia perante a 31ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande-MS, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Protocolo nº 02.2020.00025889-4, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 19 de maio de 2020.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 0093/2020/AOP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar n° 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar à Promotora de Justiça Nara Mendes dos Santos Fernandes, que oficia perante a 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Amambai-MS, a quem a substituir ou a quem a suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Notícia de Fato n° 01.2020.00003977-0, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 22 de maio de 2020.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**PORTARIA N° 1879/2020-PGJ, DE 25.5.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução n° 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas ao servidor Erik Artioli Barrera, por meio da Portaria n° 2460/2019-PGJ, de 9.7.2019, com a redação dada pela Portaria n° 500/2020-PGJ, de 6.2.2020, que seriam usufruídas no período de 15 a 24.6.2020, a serem usufruídas no período de 7 a 16.6.2021, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução n° 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA N° 1880/2020-PGJ, DE 25.5.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução n° 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas à servidora Laura Aparecida Soares Pedroso, por meio da Portaria n° 4365/2019-PGJ, de 22.11.2019, que seriam usufruídas no período de 11 a 20.5.2020, a serem usufruídas no período de 7 a 16.1.2021, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução n° 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA N° 1881/2020-PGJ, DE 25.5.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução n° 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas à servidora Marina Borges Soares, por meio da Portaria n° 4365/2019-PGJ, de 22.11.2019, com a redação dada pela Portaria n° 500/2020-PGJ, de 6.2.2020, que seriam usufruídas no período de 18 a 27.5.2020, a serem usufruídas no período de 29.7 a 7.8.2020, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução n° 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 1882/2020-PGJ, DE 25.5.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 4365/2019-PGJ, de 25.11.2019, com a redação dada pela Portaria nº 39/2020-PGJ, de 8.1.2020, na parte que concedeu férias ao servidor Reginaldo de Oliveira Vilanova, de forma que, onde consta: “de 20 a 23.7.2020”, passe a constar: “de 1º a 4.12.2020”.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 1883/2020-PGJ, DE 25.5.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas à servidora Silmara Diniz Paulino da Rocha, por meio da Portaria nº 4365/2019-PGJ, de 22.11.2019, que seriam usufruídas no período de 15 a 24.6.2020, a serem usufruídas no período de 23.11 a 2.12.2020, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 1884/2020-PGJ, DE 25.5.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas ao servidor Willian da Silva Costa, por meio da Portaria nº 4365/2019-PGJ, de 22.11.2019, que seriam usufruídas no período de 1º a 10.6.2020, a serem usufruídas no período de 3 a 12.2.2021, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 1885/2020-PGJ, DE 25.5.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar as férias dos servidores do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, concedidas por meio das portarias abaixo relacionadas, e suas modificações, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, conforme segue:

Onde consta:

PORTARIA Nº 53/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Fernanda Aparecida Astolpho Ribeiro	2017/2018	5 a 14.11.2019	15 a 24.6.2020		1º a 10.2.2019

PORTARIA Nº 2875/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Ezequiel Joaquim da Costa	2018/2019	23.9 a 2.10.2019	20 a 29.5.2020		28.8 a 6.9.2019

PORTARIA Nº 3327/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Gissela Mie Kobayashi Trachta	2017/2018	18 a 27.9.2019	15 a 24.6.2020		7 a 16.1.2020

PORTARIA Nº 4170/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Luiz Fernando Barros Mansano	2017/2018	7 a 16.1.2020	1º a 10.6.2020		18 a 27.11.2019

PORTARIA Nº 4365/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Giovanni do Prado Azevedo	2017/2018	1º a 10.7.2020	9 a 18.12.2020		20 a 29.1.2020
Istanisley Camilo Camargo Fontebassi	2018/2019	21 a 30.1.2020	15 a 24.7.2020	14 a 23.10.2020	
Rosinei Escobar Xavier	2018/2019	12 a 21.2.2020	3 a 12.11.2020		7 a 16.1.2020

PORTARIA Nº 462/2020-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Renato Boggi Rodrigues	2019/2020	15 a 24.6.2020	13 a 22.10.2020		23.3 a 1º.4.2020

Passe a constar:

PORTARIA Nº 053/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Fernanda Aparecida Astolphi Ribeiro	2017/2018	5 a 14.11.2019	13 a 22.10.2020		1º a 10.2.2019

PORTARIA Nº 2875/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Ezequiel Joaquim da Costa	2018/2019	23.9 a 2.10.2019	19 a 28.8.2020		28.8 a 6.9.2019

PORTARIA Nº 3327/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Gissela Mie Kobayashi Trachta	2017/2018	18 a 27.9.2019	16 a 25.11.2020		7 a 16.1.2020

PORTARIA Nº 4170/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Luiz Fernando Barros Mansano	2017/2018	7 a 16.1.2020	13 a 22.10.2020		18 a 27.11.2019

PORTARIA Nº 4365/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Giovanni do Prado Azevedo	2017/2018	27.8 a 5.9.2020	9 a 18.12.2020		20 a 29.1.2020

Istanisley Camilo Camargo Fontebassi	2018/2019	21 a 30.1.2020	20.1 a 8.2.2021		
Rosinei Escobar Xavier	2018/2019	12 a 21.2.2020	13 a 22.10.2020		7 a 16.1.2020

PORTARIA Nº 462/2020-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Renato Boggi Rodrigues	2019/2020	13 a 22.10.2020	13 a 22.1.2021		23.3 a 1º.4.2020

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 1874/2020-PGJ, DE 25.5.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5 de maio de 2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Raphaela Gonsales Gomes Gheno, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPTE-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício na 2ª Promotoria de Justiça de Coxim, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na Supervisão das Promotorias de Justiça da referida Comarca, a partir de 7.5.2020, pelo período de 1 (um) ano.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 1875/2020-PGJ, DE 25.5.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor André Luiz Pasquali, ocupante do cargo em comissão de Assessor Técnico em Informática, símbolo MPAS-203, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Divisão de Banco de Dados, no período de 18 a 27.5.2020, em razão de férias do titular, Jorge Antonio Arantes Vilela.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 1876/2020-PGJ, DE 25.5.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5 de maio de 2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Juliana Giovani de Souza Ferreira, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, lotada nas Promotorias de Justiça de Dourados e designada para prestar serviços na Supervisão das Promotorias de Justiça Criminais, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 5ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, a partir de 4.5.2020, até ulterior deliberação.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 1877/2020-PGJ, DE 25.5.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Armenia Rodrigues da Silva, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, área de atividade Administrativa, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, licença para o desempenho de mandato classista para o exercício da vice-presidência do Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, SINSEMP/MS (triênio 2020/2023), no período de 7 de maio de 2020 a 7 de maio de 2023, nos termos dos artigos 130, inciso X, e 156, inciso III, alínea b, e §§ 2º, 3º e 4º, da Lei Estadual nº 1.102, de 10.10.1990 (com alterações advindas das Leis nºs 1.167, de 27.7.1991, 2.599, de 26.12.2002, e 4.808, de 21.12.2015), bem como do artigo 10, inciso IX, da Resolução nº 22/2016-PGJ, de 12.9.2016 (Processo PGJ/10/1032/2018).

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 1893/2020-PGJ, DE 25.5.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor José Guilherme de Oliveira, ocupante do cargo em comissão de Chefe do Setor de Produção Multimídia, símbolo MPDS-106, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 5 (cinco) dias de licença-paternidade, em razão do nascimento de sua filha, a partir de 17.5.2020, nos termos dos artigos 130, inciso IV, e 148, ambos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000; e 15 (quinze) dias, em prorrogação, nos termos da Resolução nº 21/2017-PGJ, de 28.8.2017.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

CONSELHO SUPERIOR**AVISO Nº 29/2020/SCSMP**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL E PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do art. 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, informa que a reunião ordinária do Conselho Superior do Ministério Público agendada para o dia 2 de junho do corrente ano (terça-feira), será realizada presencialmente, na Sala de Reuniões do Colégio de Procuradores de Justiça, no Edifício-Sede da Procuradoria-Geral de Justiça.

Campo Grande, 26 de maio de 2020.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

DELIBERAÇÕES PROFERIDAS PELO EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, NA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 19 DE MAIO DE 2020.

7. Ordem do dia:

7.1. Matéria Administrativa:

7.1.1. Oitava *ad referendum* do Conselho Superior sobre as seguintes Portarias: Portaria nº 1400/2020-PGJ, de 4.5.2020. Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, no interesse do serviço, o Procurador de Justiça Humberto de Matos Brittes, para desempenhar atribuições de assessoramento, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 1282/2016-PGJ, de 6.5.2016.

Portaria nº 1409/2020-PGJ, de 4.5.2020. Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, no interesse do serviço, o Procurador de Justiça Paulo Cezar dos Passos, para desempenhar atribuições de assessoramento, até ulterior deliberação.

Portaria nº 1404/2020-PGJ, de 4.5.2020. Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, no interesse do serviço, a Procuradora de Justiça Nilza Gomes da Silva, para desempenhar atribuições de assessoramento, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 1286/2016-PGJ, de 6.5.2016.

Portaria nº 1443/2020-PGJ, de 4.5.2020. Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, no interesse do serviço, a Promotora de Justiça Bianka Karina Barros da Costa, para, com prejuízo de suas funções, ocupar cargo de confiança no âmbito do Ministério Público Estadual, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 2448/2016-PGJ, de 17.8.2016.

Portaria nº 1447/2020-PGJ, de 4.5.2020. Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, no interesse do serviço, o Promotor de Justiça Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa, para, com prejuízo de suas funções, ocupar cargo de confiança no âmbito do Ministério Público Estadual, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 1620/2016-PGJ, de 2.6.2016.

Portaria nº 1450/2020-PGJ, de 4.5.2020. Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, no interesse do serviço, o 34º Promotor de Justiça de Campo Grande, Paulo César Zeni, para, com prejuízo de suas funções, desempenhar atribuições de assessoramento, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 1164/2020-PGJ, de 3.4.2020.

Portaria nº 1451/2020-PGJ, de 4.5.2020. Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, no interesse do serviço, o 71º Promotor de Justiça de Campo Grande, Ricardo de Melo Alves, para, com prejuízo de suas funções, desempenhar atribuições de assessoramento, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 1163/2020-PGJ, de 3.4.2020.

Portaria nº 1452/2020-PGJ, de 4.5.2020. Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, no interesse do serviço, a 48ª Promotora de Justiça de Campo Grande, Ana Lara Camargo de Castro, para, com prejuízo de suas funções, desempenhar atribuições de assessoramento, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 1307/2016-PGJ, de 6.5.2016.

Portaria nº 1467/2020-PGJ, de 4.5.2020. Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, no interesse do serviço, a 41ª Promotora de Justiça de Campo Grande, Camila Augusta Calarge Doreto, para, sem prejuízo de suas funções, desempenhar atribuições de assessoramento, até ulterior deliberação.

Portaria nº 1453/2020-PGJ, de 4.5.2020. Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, no interesse do serviço, o 25º Promotor de Justiça de Campo Grande, Antonio Andre David Medeiros, para, com prejuízo de suas funções, coordenar o Centro de Pesquisa, Análise, Difusão e Segurança da Informação, CI, do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, até ulterior deliberação; e revogar as Portarias nº 020/2015-PGJ e nº 021/2015-PGJ, de 7.1.2015.

Portaria nº 1470/2020-PGJ, de 4.5.2020. Designar o Promotor de Justiça Ricardo de Melo Alves, Assessor Especial do Procurador-Geral de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, compor Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação, CETI, como representante do Conselho Superior do Ministério Público; e revogar a partir dessa data, a Portaria nº 1193/2020-PGJ, de 6.4.2020, na parte que designou o referido Promotor de Justiça.

Portaria nº 1460/2020-PGJ, de 4.5.2020. Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, no interesse do serviço, a 16ª Promotora de Justiça de Campo Grande, Luciana Moreira Schenk, para, com prejuízo de suas funções, atuar junto ao Grupo de Atuação Especial de Controle Externo da Atividade Policial – GACEP, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 914/2015-PGJ, de 29.4.2015, na parte que designou a referida Promotora de Justiça.

Portaria nº 1454/2020-PGJ, de 4.5.2020. Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, no interesse do serviço, a 47ª Promotora de Justiça de Campo Grande, Cristiane Mourão Leal Santos, para, com prejuízo de suas funções, atuar como Coordenadora do Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado, GAECO, até ulterior deliberação.

Portaria nº 1459/2020-PGJ, de 4.5.2020. Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, no interesse do serviço, o 70º Promotor de Justiça de Campo Grande, Tiago Di Giulio Freire, para, com prejuízo de suas funções, atuar junto ao Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado, GAECO, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 026/2016-PGJ, de 8.1.2016, na parte que designou o referido Promotor de Justiça.

Portaria nº 1458/2020-PGJ, de 4.5.2020. Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, no interesse do serviço,

o 36º Promotor de Justiça de Campo Grande, Thalys Franklin de Souza, para, com prejuízo de suas funções, atuar junto ao Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado, GAECO, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 026/2016-PGJ, de 8.1.2016, na parte que designou o referido Promotor de Justiça.

Portaria nº 1457/2020-PGJ, de 4.5.2020. Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, no interesse do serviço, o 21º Promotor de Justiça de Campo Grande, Marcos Roberto Dietz, para, com prejuízo de suas funções, atuar junto ao Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado, GAECO, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 1604/2012-PGJ, de 5.11.2012.

Portaria nº 1456/2020-PGJ, de 4.5.2020. Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, no interesse do serviço, o 27º Promotor de Justiça de Campo Grande, Gerson Eduardo de Araújo, para, com prejuízo de suas funções, atuar junto ao Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado, GAECO, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 2988/2018-PGJ, de 31.8.2018.

Portaria nº 1455/2020-PGJ, de 4.5.2020. Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, no interesse do serviço, o 14º Promotor de Justiça de Dourados, Elcio Felix D'Angelo, para, com prejuízo de suas funções, atuar junto ao Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado, GAECO, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 1141/2019-PGJ, de 2.4.2019.

Portaria nº 1522/2020-PGJ, de 4.5.2020. Designar a Procuradora de Justiça Jaceguara Dantas da Silva para exercer a função de Diretora-Geral da Escola Superior do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (ESMP-MS); e revogar a Portaria nº 4232/2017-PGJ, de 6.12.2017.

Portaria nº 1523/2020-PGJ, de 4.5.2020. Indicar o Procurador de Justiça Evaldo Borges Rodrigues da Costa e os Promotores de Justiça Antonio André David Medeiros, Claudia Loureiro Ocariz Almirão, Paulo César Zeni e George Zarour Cezar, para, sob a presidência da Procuradora de Justiça e Diretora-Geral da Escola Superior do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (ESMP-MS), Jaceguara Dantas da Silva, comporem o Conselho Administrativo-Consultivo da ESMP-MS, até ulterior deliberação; e revogar as Portarias nº 1106/2018-PGJ, de 27.3.2018 e nº 1822/2018-PGJ, 24.5.2018.

Portaria nº 1433/2020-PGJ, de 4.5.2020. Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça o Procurador de Justiça Evaldo Borges Rodrigues da Costa para, sem prejuízo de suas atribuições, compor o Conselho Administrativo-Consultivo da ESMP-MS, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 3564/2018-PGJ, de 19.10.2018.

Portaria nº 1430/2020-PGJ, de 4.5.2020. Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça o Procurador de Justiça Gerardo Eriberto de Moraes delegando-lhe competência para officiar nos feitos de atribuição originária do Procurador-Geral de Justiça, na área militar, perante o Tribunal de Justiça, o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 3561/2018-PGJ, de 19.10.2018.

Portaria nº 1434/2020-PGJ, de 4.5.2020. Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça a Procuradora de Justiça Irma Vieira de Santana e Anzoategui e indicá-la para, sem prejuízo de suas atribuições, representar o Ministério Público Estadual na Comissão Estadual Judiciária de Adoção Internacional do Estado de Mato Grosso do Sul, CEJAI/MS, para o biênio 2020/2022, nos termos dos artigos 2º, alínea “d”, e 4º, ambos da Portaria nº 126.661.082.0002/2015, de 29.1.2015, da Corregedoria-Geral de Justiça do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, TJMS, e do artigo 4º, inciso IV, da Resolução nº 119, de 25.3.2015, da Presidência do TJMS; e revogar a Portaria nº 4586/2019-PGJ, de 9.12.2019.

Portaria nº 1414/2020-PGJ, de 4.5.2020. Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, o Procurador de Justiça Olavo Monteiro Mascarenhas para, sem prejuízo de suas atribuições, desempenhar atribuições de assessoramento, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 633/2010-PGJ, de 13.5.2010.

Portaria nº 1413/2020-PGJ, de 4.5.2020. Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, a partir de 5.5.2020, o Procurador de Justiça Sérgio Luiz Morelli e designá-lo para, sem prejuízo de suas atribuições, integrar a Coordenadoria de Procuradorias de Justiça Especializadas em Recursos, na área de Interesses Difusos e Coletivos, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 176/2019-PGJ, de 21.1.2019.

Portaria nº 1415/2020-PGJ, de 4.5.2020. Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça o Procurador de Justiça Mauri Valentim Riciotti e designá-lo para, sem prejuízo de suas atribuições, integrar a Coordenadoria de Procuradorias de Justiça Especializadas em Recursos, na área Cível, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 3549/2018-PGJ, de 19.10.2018.

Portaria nº 1417/2020-PGJ, de 4.5.2020. Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, a partir de 5.5.2020, o Procurador de Justiça Belmires Soles Ribeiro e designá-lo para, sem prejuízo de suas atribuições, integrar a Coordenadoria de Procuradorias de Justiça Especializadas em Recursos, na área Cível, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 178/2019-PGJ, de 21.1.2019.

Portaria nº 1416/2020-PGJ, de 4.5.2020. Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça a Procuradora de Justiça Mara Cristiane Crisóstomo Bravo e designá-la para, sem prejuízo de suas atribuições, integrar a Coordenadoria de Procuradorias de Justiça Especializadas em Recursos, na área Cível, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 3550/2018-PGJ, de 19.10.2018.

Portaria nº 1418/2020-PGJ, de 4.5.2020. Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça o Procurador de Justiça Miguel Vieira da Silva e designá-lo para, sem prejuízo de suas atribuições, integrar a Coordenadoria de Procuradorias de Justiça Especializadas em Recursos, na área Criminal, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 3551/2018-PGJ, de 19.10.2020.

Portaria nº 1419/2020-PGJ, de 4.5.2020. Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça o Procurador de Justiça João Albino Cardoso Filho e designá-lo para, sem prejuízo de suas atribuições, integrar a Coordenadoria de Procuradorias de Justiça Especializadas em Recursos, na área Criminal, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 3552/2018-PGJ, de 19.10.2018.

Portaria nº 1420/2020-PGJ, de 4.5.2020. Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça a Procuradora de Justiça Lucienne Reis D'Avila e designá-la para, sem prejuízo de suas atribuições, integrar a Coordenadoria de Procuradorias de Justiça Especializadas em Recursos, na área Criminal, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 3553/2018-PGJ, de 19.10.2018.

Portaria nº 1421/2020-PGJ, de 4.5.2020. Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça a Procuradora de Justiça Esther Sousa de Oliveira e designá-la para, sem prejuízo de suas atribuições, integrar a Coordenadoria de Procuradorias de Justiça Especializadas em Recursos, na área Criminal, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 3554/2018-PGJ, de 19.10.2018.

Portaria nº 1422/2020-PGJ, de 4.5.2020. Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça o Procurador de Justiça Adhemar Mombrum de Carvalho Neto e designá-lo para, sem prejuízo de suas atribuições, integrar a Coordenadoria de Procuradorias de Justiça Especializadas em Recursos, na área Criminal, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 3555/2018-PGJ, de 19.10.2018.

Portaria nº 1424/2020-PGJ, de 4.5.2020. Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça o Procurador de Justiça Luis Alberto Safrainer e designá-lo para, sem prejuízo de suas atribuições, integrar a Coordenadoria de Procuradorias de Justiça Especializadas em Recursos, na área Criminal, até ulterior deliberação, e revogar a Portaria nº 3557/2018-PGJ, de 19.10.2018.

Portaria nº 1423/2020-PGJ, de 4.5.2020. Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça a Procuradora de Justiça Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya e designá-la para, sem prejuízo de suas atribuições, integrar a Coordenadoria de Procuradorias de Justiça Especializadas em Recursos, na área Criminal, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 3556/2018-PGJ, de 19.10.2018.

Portaria nº 1427/2020-PGJ, de 4.5.2020. Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, o Procurador de Justiça Gilberto Robalinho da Silva e designá-lo para, sem prejuízo de suas atribuições, integrar a Coordenadoria de Procuradorias de Justiça Especializadas em Recursos, na área Criminal, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 177/2019-PGJ, de 21.1.2019.

Portaria nº 1425/2020-PGJ, de 4.5.2020. Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça o Procurador de Justiça Rodrigo Jacobina Stephanini e designá-lo para, sem prejuízo de suas atribuições, integrar a Coordenadoria de Procuradorias de Justiça Especializadas em Recursos, na área Criminal, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 3558/2018-PGJ, de 19.10.2018.

Portaria nº 1426/2020-PGJ, de 4.5.2020. Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça o Procurador de Justiça Alexandre Lima Raslan e designá-lo para, sem prejuízo de suas atribuições, integrar a Coordenadoria de Procuradorias de Justiça Especializadas em Recursos, na área Criminal, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 3559/2018-PGJ, de 19.10.2018.

Portaria nº 1428/2020-PGJ, de 4.5.2020. Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, no interesse do serviço, o Procurador de Justiça Silasneiton Gonçalves, para desempenhar atribuições de assessoramento, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 217/2017-PGJ, de 24.1.2017.

Portaria nº 1429/2020-PGJ, de 4.5.2020. Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, no interesse do serviço, a Procuradora de Justiça Ariadne de Fátima Cantú da Silva, para desempenhar atribuições de assessoramento, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 3662/2018-PGJ, de 30.10.2018.

Portaria nº 1432/2020-PGJ, de 4.5.2020. Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, no interesse do serviço, o Procurador de Justiça Silvio Cesar Maluf, para desempenhar atribuições de assessoramento, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 1239/2016-PGJ, de 3.5.2016.

Portaria nº 1435/2020-PGJ, de 4.5.2020. Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, no interesse do serviço, a Procuradora de Justiça Sara Francisco Silva, para, sem prejuízo de suas funções, desempenhar atribuições de assessoramento, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 851/2020-PGJ, de 4.3.2020.

Portaria nº 1465/2020-PGJ, de 4.5.2020. Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, no interesse do serviço, o 67º Promotor de Justiça de Campo Grande, Luciano Furtado Loubet, para, com prejuízo de suas funções, desempenhar atribuições de assessoramento no Núcleo Ambiental vinculado aos Centros de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça do Meio Ambiente, da Habitação e Urbanismo e do Patrimônio Histórico e Cultural. e revogar a Portaria nº

1117/2016-PGJ, de 20.0.2016.

Portaria nº 1463/2020-PGJ, de 4.5.2020. Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, no interesse do serviço, o 69º Promotor de Justiça de Campo Grande, Fabio Ianni Goldfinger, para, com prejuízo de suas funções, desempenhar atribuições de assessoramento no Núcleo Criminal vinculado ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais e do Controle Externo da Atividade Policial, até ulterior deliberação; e revogar as Portarias nº 1306/2016-PGJ, de 9.5.2016 e nº 1828/2017-PGJ, de 6.6.2017.

Portaria nº 1525/2020-PGJ, de 4.5.2020. Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, no interesse do serviço, o 39º Promotor de Justiça de Campo Grande, Fernando Martins Zaupa, para, com prejuízo de suas funções, atuar no Núcleo do Patrimônio Público e das Fundações, vinculado ao Centro de Apoio das Promotorias de Justiça do Patrimônio Público e Social, das Fundações e Eleitorais, até ulterior deliberação.

Portaria nº 1526/2020-PGJ, de 4.5.2020. Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, no interesse do serviço, o 8º Promotor de Justiça de Três Lagoas, Moises Casarotto, para, sem prejuízo de suas funções, atuar como Adjunto no Núcleo do Patrimônio Público e das Fundações, vinculado ao Centro de Apoio das Promotorias de Justiça do Patrimônio Público e Social, das Fundações e Eleitorais, exclusivamente no âmbito eleitoral, até ulterior deliberação.

Portaria nº 1464/2020-PGJ, de 4.5.2020. Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, no interesse do serviço, a 9ª Promotora de Justiça de Dourados, Fabrícia Barbosa Lima, para, sem prejuízo de suas funções, desempenhar atribuições de assessoramento no Núcleo da Infância e da Juventude, vinculado ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 831/2019-PGJ, de 11.3.2019.

Portaria nº 1462/2020-PGJ, de 4.5.2020. Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, no interesse do serviço, a Promotora de Justiça de Três Lagoas Ana Cristina Carneiro Dias, para, com prejuízo de suas funções, coordenar o Núcleo da Cidadania, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 389/2019-PGJ, de 1º.2.2019.

Portaria nº 1527/2020-PGJ, de 4.5.2020. Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, no interesse do serviço, a 52ª Promotora de Justiça de Campo Grande, Renata Ruth Fernandes Goya Marinho, atualmente respondendo pela 50ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, para, sem prejuízo de suas funções, atuar na Coordenação Adjunta do Grupo de Atuação Especial da Execução Penal-GAEP, até ulterior deliberação.

Portaria nº 1528/2020-PGJ, de 4.5.2020. Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, no interesse do serviço, a 66ª Promotora de Justiça de Campo Grande, Helen Neves Dutra da Silva, para, sem prejuízo de suas funções, atuar na Coordenação Adjunta do Núcleo de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher-NEViD, e revogar a Portaria nº 808/2018-PGJ, de 28.2.2018.

Portaria nº 1542/2020-PGJ, de 4.5.2020. Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, no interesse do serviço, a 32ª Promotora de Justiça de Campo Grande, Filomena Aparecida Depolito Fluminhan, para, sem prejuízo de suas funções, atuar na Coordenação Adjunta do Grupo de Atuação Especial da Saúde, até ulterior deliberação.

Portaria nº 1543/2020-PGJ, de 4.5.2020. Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, no interesse do serviço, o 12º Promotor de Justiça de Dourados, Luiz Eduardo de Souza Sant'Anna Pinheiro, para, sem prejuízo de suas funções, atuar na Coordenação Adjunta do Grupo de Atuação Especial do Tribunal do Júri, até ulterior deliberação.

Portaria nº 1544/2020-PGJ, de 4.5.2020. Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, no interesse do serviço, a 28ª Promotora de Justiça de Campo Grande, Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira, para, sem prejuízo de suas funções, atuar na Coordenação Adjunta do Grupo de Atuação Especial da Educação, até ulterior deliberação.

Portaria nº 1583/2020-PGJ, de 4.5.2020. Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, no interesse do serviço, o 49º Promotor de Justiça de Campo Grande, Gevaír Ferreira Lima Junior, para, sem prejuízo de suas funções, atuar na Coordenação Geral do Grupo de Atuação Especial no combate à Sonegação Fiscal e aos Ilícitos contra a Ordem Tributária, até ulterior deliberação.

Portaria nº 1461/2020-PGJ, de 4.5.2020. Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, no interesse do serviço, o 29º Promotor de Justiça de Campo Grande, Adriano Lobo Viana de Resende, para, sem prejuízo de suas funções, integrar o Grupo Especial de Combate à Corrupção, GECOC, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 1145/2018-PGJ, de 28.3.2018.

Portaria nº 1589/2020-PGJ, de 5.5.2020. Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, no interesse do serviço, o 20º Promotor de Justiça de Campo Grande, Douglas Oldegardo Cavalheiro dos Santos, para, sem prejuízo de suas funções, atuar juntos ao Grupo de Atuação Especial de Controle Externo da Atividade Policial, GACEP, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 433/2013-PGJ, de 1º.4.2013, alterada pela Portaria nº 3683/2016-PGJ, de 16.12.2016.

Portaria nº 1613/2020-PGJ, de 6.5.2020. Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, no interesse do serviço, a 72ª Promotora de Justiça de Campo Grande, Clarissa Carlotto Torres, para, sem prejuízo de suas funções, coordenar a Gestão dos Estagiários de Direito, nível de graduação e de pós-graduação, do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 1442/2020-PGJ, de 4.5.2020.

Portaria nº 1612/2020-PGJ, de 6.5.2020. Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça o Procurador de Justiça

Edgar Roberto Lemos de Miranda e designá-lo para, sem prejuízo de suas atribuições, integrar a Coordenadoria de Procuradorias de Justiça Especializadas em Recursos, na área de Interesses Difusos e Coletivos, até ulterior deliberação.

Portaria nº 1466/2020-PGJ, de 6.5.2020. Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, no interesse do serviço, a 7ª Promotora de Justiça de Corumbá, Ludmila de Paula Castro Silva, para, sem prejuízo de suas funções, desempenhar atribuições de assessoramento, até ulterior deliberação, e revogar a Portaria nº 325/2020-PGJ, de 28.1.2020.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, referendou as portarias acima relacionadas, sem ressalvas.

7.2. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos:

7.2.1. RELATOR-CONSELHEIRO FRANCISCO NEVES JÚNIOR:

1. Inquérito Civil nº 06.2018.00001688-4

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Ponta Porã

Assunto: Apurar dano em área de preservação permanente localizada na zona urbana do Distrito de Sanga Puitã, bem como acompanhar a atuação do município de Ponta Porã/MS na responsabilização dos infratores.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – MEIO AMBIENTE – INTERVENÇÃO ANTRÓPICA EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE PARA A CONSTRUÇÃO DE PISTA DE *MOTOCROSS* – IMPACTO AMBIENTAL MÍNIMO – PERDA DE VEGETAÇÃO RASTEIRA EM ESTÁGIO ATUAL DE REGENERAÇÃO NATURAL – DEGRADAÇÃO TRANSITÓRIA QUE NÃO IMPORTA EM PREJUÍZO ECOLÓGICO – BEM AMBIENTAL ÍNTEGRO – FALTA DE JUSTA CAUSA PARA A TUTELA COLETIVA – ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Esgotadas todas as diligências com a demonstração de que, apesar da não identificação dos responsáveis pela intervenção realizada em área de preservação permanente, o único impacto ambiental decorrente da limpeza do terreno para a construção de uma pista de motocross, atualmente desativada, foi a perda de vegetação rasteira, em estágio de regeneração natural, exsurge imponente o convencimento da inexistência de fundamento para a tutela coletiva.

Deliberação: O conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

2. Inquérito Civil nº 06.2019.00001871-0

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Maracaju

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Alessandra Corrêa Iglesias

Assunto: Apurar o desmatamento de 13,74 hectares de vegetação nativa em área de Savana Florestada, na propriedade rural "Fazenda Fuma Chata" (CARMS0011161), no Município de Maracaju/MS, sem autorização de autoridade ambiental competente, conforme Parecer n.º 359/19/NUGeo (Programa DNA Ambiental – 2016-2017).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – MEIO AMBIENTE – ALTERAÇÕES FLORESTAIS CONSTATADAS VIA SATÉLITE DE SENSORIAMENTO REMOTO – DESMATE AUTORIZADO PELO ÓRGÃO COMPETENTE – FALTA DE JUSTA CAUSA PARA A TUTELA COLETIVA – ATUAÇÃO RESOLUTIVA DO *PARQUET* DE PISO – ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Esgotadas todas as diligências sem que tenha remanescido sobressalente qualquer irregularidade relacionada à alteração florestal captada via satélite na propriedade rural vistoriada in situ, cujo desmate foi autorizado pelo órgão competente, exsurge imponente o convencimento da inexistência de fundamento para a tutela coletiva.

Deliberação: O conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00003623-6

3ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sidrolândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Sidrolândia e Aquis Junior Soares

Assunto: Averiguar eventual acumulação indevida de cargos públicos pelo servidor Áquis Júnior Soares, decorrente do exercício simultâneo das funções de Controlador-Geral do Município de Sidrolândia e de Assessor Jurídico da Câmara de Vereadores de Caracol.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL – ACUMULAÇÃO ILEGAL DE CARGOS – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – DOLO NÃO EVIDENCIADO – FALTA DE JUSTA CAUSA PARA A ATUAÇÃO FUNCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Remanescendo sobressalente, na *démarche* inquisitorial, o equívoco do servidor requestado quanto à permissibilidade de acumulação de cargos e funções públicas, bem como sua boa-fé quando do encerramento voluntário de um dos vínculos funcionais,

exsurge imponente o convencimento da inexistência de fundamento para a tutela coletiva.

Deliberação: O conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

4. Inquérito Civil nº 06.2019.00001232-6

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Paulo Sérgio Angelo

Assunto: Apurar a situação jurídico-ambiental da propriedade rural denominada Fazenda Alegria com relação à conservação das áreas de reserva legal e preservação permanente, bem como o correto manejo do solo, assim como investigar possível supressão de 31,4 hectares de vegetação nativa sem autorização ambiental.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – MEIO AMBIENTE – ALTERAÇÕES FLORESTAIS CONSTATADAS VIA SATÉLITE DE SENSORIAMENTO REMOTO – DESMATE IRREGULAR LONGÍNQUO – REGENERAÇÃO NATURAL – INSCRIÇÃO DO IMÓVEL NO CAR/MS – DEGRADAÇÃO TRANSITÓRIA QUE NÃO IMPORTA EM PREJUÍZO ECOLÓGICO – FALTA DE JUSTA CAUSA PARA A TUTELA COLETIVA – ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Esgotadas todas as diligências com a demonstração de que o imóvel foi devidamente inscrito no CAR/MS, à míngua da remanescência de vestígios de material lenhoso na área em que observadas alterações florestais via satélite pelo NUGEO, em período longínquo, exsurge imponente o convencimento da inexistência de fundamento para a tutela coletiva.

Deliberação: O conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

5. Inquérito Civil n. 06.2016.00000199-4

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca Itaporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Itaporã e outro

Assunto: Apurar o conteúdo da manifestação protocolada sob o nº 11.2015.00000629-5, junto a Ouvidoria do Ministério Público Estadual, noticiando eventual irregularidade na doação de um terreno, localizado na área industrial de Itaporã/MS, pelo Poder Executivo Municipal, ao “Projeto Missionário Reconstruindo Vidas e Salvando Almas”, representado por Alcides Pereira.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – DOAÇÃO DE ÁREA PÚBLICA AFETADA AO USO INDUSTRIAL PARA IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETO SOCIAL – DESVIO DE FINALIDADE – REVOGAÇÃO – CUMPRIMENTO ESPONTÂNEO – IRREGULARIDADES SANADAS – DOLO NÃO EVIDENCIADO – PERDA SUPERVENIENTE DE OBJETO – AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR DO *PARQUET* – ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Esgotadas todas as diligências com a demonstração de que o alcaide requerido, tão logo cientificado de que o ato vergastado estava em desconformidade com os preceitos que norteiam a doação de terras públicas, perfilou as providências necessárias para resguardar o patrimônio municipal, sem que tenha remanescido sobressalente má-fé que caracterize eventual *improbis agire*, exsurge imponente o convencimento da inexistência de fundamento para a tutela coletiva pelo *Parquet*.

Deliberação: O conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

6. Inquérito Civil nº 06.2018.00002343-0

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Ponta Porã e Dejací Pedro Massaranduba - ME

Assunto: Apurar as providências adotadas pelo Município de Ponta Porã no sentido de solucionar invasão de área pública para fins comerciais na rua Modesto Dauzaker ao lado do posto de Saúde Dr. Pedro Monteiro de Almeida, Bairro da Granja.

Procurador do Município: Ricardo Soares Sanches Dias – OAB/MS nº 11.558

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – PATRIMÔNIO PÚBLICO – SUPOSTA INVASÃO DE ÁREA PÚBLICA – OCUPAÇÃO AMPARADA EM DOAÇÃO FEITA PELO PODER PÚBLICO – IRREGULARIDADES NÃO CONSTATADAS – FALTA DE JUSTA CAUSA PARA A ATUAÇÃO DO *PARQUET* – ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Esgotadas todas as diligências com a demonstração de que a ocupação vergastada encontra amparo em ato administrativo dotado de aparente legalidade emanado do titular do domínio da terra pública, que tem adotado todas as providências necessárias para acautelamento e perquirição do bem, exsurge imponente o convencimento da inexistência de fundamento para a tutela coletiva.

Deliberação: O conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

7.2.2. RELATOR-CONSELHEIRO EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA:**1. Inquérito Civil nº 06.2017.00000295-3**

32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Hospital Santa Casa de Campo Grande

Assunto: Apurar suposta demora para a confecção/implantação e/ou retirada/desativação de fistulas arteriovenosas (FAV) de acesso à hemodiálise em pacientes com insuficiência renal crônica atendidos na Santa Casa de Campo Grande.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE - APURAÇÃO DE SUPOSTA DEMORA NA CONFECCÃO/IMPLANTAÇÃO E/OU RETIRADA/DESATIVAÇÃO DE FÍSTULAS ARTERIOVENOSAS (FAV) DE ACESSO À HEMODIÁLISE EM PACIENTES COM INSUFICIÊNCIA RENAL CRÔNICA ATENDIDOS NA SANTA CASA - DILIGÊNCIAS SATISFATÓRIAS - REGULARIDADE NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE SAÚDE - OBJETO EXAURIDO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Arquiva-se o Inquérito Civil no qual se verifica não existir elementos para adoção de qualquer outra providência relativa ao seu objeto consistente na apuração de suposta demora na realização de procedimentos relacionados à hemodiálise em pacientes com insuficiência crônica atendidos na Santa Casa, vez que as informações colhidas no decorrer das investigações demonstraram a regularidade do serviço público de saúde prestado naquele nosocômio.

Deliberação: O conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

7.2.3. RELATORA-CONSELHEIRA JACEGUARA DANTAS DA SILVA:

Retirados de pauta na reunião do dia 5.5.2020, em razão da ausência justificada da Relatora:

1. Inquérito Civil nº 06.2018.00000544-3

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Laranjeira Mendes S/A, Elemar Horst

Assunto: Apurar a irregularidade jurídico-ambiental da propriedade Fazenda

Santa Virgínia, bem como investigar a ocorrência de dano ambiental consistente no desmatamento ilegal de árvores nativas.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE PONTA PORÃ - MEIO AMBIENTE - APURAR A IRREGULARIDADE JURÍDICO-AMBIENTAL DA PROPRIEDADE FAZENDA SANTA VIRGÍNIA E INVESTIGAR A OCORRÊNCIA DE DANO AMBIENTAL CONSISTENTE NO DESMATAMENTO ILEGAL DE ÁRVORES NATIVAS - TAC FIRMADO – INSTAURAÇÃO DE PA NOS MOLDES DO ART 38, DA RESOLUÇÃO Nº 015/2007-PGJ - ENUNCIADO Nº 09 DO CSMP – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA - ATUAÇÃO RESOLUTIVA. Celebração de Termo de Ajustamento de Conduta com o requerido. Instauração de Procedimento Administrativo para acompanhar e fiscalizar o integral cumprimento das obrigações assumidas no Termo de Ajustamento de Conduta, consoante o artigo 38, da Resolução nº 015/2007-PGJ, com redação dada pela Resolução nº 014/2017-CPJ, de 18 de dezembro de 2017. Ressalva-se que a entidade beneficiária da compensação ambiental prevista na Cláusula Quinta deve obedecer os requisitos previstos na Resolução n. 031/2012, que disciplina o cadastramento junto ao Ministério Público de entidades que possam ser beneficiadas com bens ou valores obtidos por meio de compromisso de ajustamento de conduta. Vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

2. Inquérito Civil nº 06.2017.00001088-6

25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Energisa S.A

Assunto: Apurar corte de energia em ocupação com mais de 300 famílias no Jardim Centro Oeste, nesta capital.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CAMPO GRANDE - DIREITO DO CONSUMIDOR - APURAR CORTE DE ENERGIA EM OCUPAÇÃO NO JARDIM CENTRO OESTE – RELAÇÃO CONSUMERISTA NÃO CONFIGURADA – PERDA DO OBJETO - ATUAÇÃO RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Não restou configurada a relação consumerista, pois os moradores enquanto invasores não possuem a posse justa do imóvel, portanto não é possível reconhecer a legalidade da ligação de energia elétrica. Outrossim, a Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso do Sul ingressou com Ação Civil Pública, com pedido de tutela de urgência, para garantir o fornecimento de energia elétrica aos moradores que residem na área em comento. Perda do objeto. Vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

3. Inquérito Civil nº 06.2019.00001835-3

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Andradina/MS.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Luiz Caputo

Assunto: Apurar a regularidade ambiental da propriedade rural denominada Fazenda Dois Coqueiros, pertencente a Luiz Caputo, consoante diagnóstico ambiental realizado.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE NOVA ANDRADINA - MEIO AMBIENTE - APURAR A REGULARIDADE AMBIENTAL DA PROPRIEDADE RURAL DENOMINADA FAZENDA DOIS COQUEIROS - TAC FIRMADO - INSTAURAÇÃO DE PA NOS MOLDES DO ART 38, DA RESOLUÇÃO Nº 015/2007-PGJ - ENUNCIADO Nº 09 DO CSMP - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA – ATUAÇÃO RESOLUTIVA. Celebração de Termo de Ajustamento de Conduta com o requerido. Instauração de Procedimento Administrativo para acompanhar e fiscalizar o integral cumprimento das obrigações assumidas no Termo de Ajustamento de Conduta, consoante o artigo 38, da Resolução nº 015/2007-PGJ, com redação dada pela Resolução nº 014/2017-CPJ, de 18 de dezembro de 2017. Vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

4. Procedimento Preparatório nº 06.2019.00001311-4

30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Daniel Lemos da Silva, Inês de Souza Lima e Luz Cathia Ramos

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa atribuída aos então Diretores da “Escola Estadual Maria Constança de Barros Machado”, consistente na liberação dos alunos da unidade escolar, sem a prévia ciência e anuência dos responsáveis, para participar de programa eleitoral.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – COMARCA DE CAMPO GRANDE - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - APURAR EVENTUAL ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA ATRIBUÍDA AOS DIRETORES DE ESCOLA ESTADUAL CONSISTENTE NA LIBERAÇÃO DE ALUNOS PARA PARTICIPAR DE PROGRAMA ELEITORAL - TAC FIRMADO - INSTAURAÇÃO DE PA NOS MOLDES DO ART 38, DA RESOLUÇÃO Nº 015/2007-PGJ - ENUNCIADO Nº 09 DO CSMP - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA - ATUAÇÃO RESOLUTIVA. Celebração de Termo de Ajustamento de Conduta com os requeridos. Instauração de Procedimento Administrativo para acompanhar e fiscalizar o integral cumprimento das obrigações assumidas nos Termos de Ajustamento de Conduta, consoante o artigo 38, da Resolução nº 015/2007-PGJ, com redação dada pela Resolução nº 014/2017-CPJ, de 18 de dezembro de 2017. Vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

5. Procedimento Preparatório nº 06.2019.00001392-5

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Caarapó

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: João Alves Machado

Assunto: Apurar eventual irregularidade ambiental em criadouro de propriedade do Sr. João Alves Machado.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – COMARCA DE CAARAPÓ - MEIO AMBIENTE - APURAR EVENTUAL IRREGULARIDADE AMBIENTAL EM CRIADOURO DE PROPRIEDADE DO SENHOR JOÃO ALVES MACHADO - TAC FIRMADO - INSTAURAÇÃO DE PA NOS MOLDES DO ART 38, DA RESOLUÇÃO Nº 015/2007-PGJ - ENUNCIADO Nº 09 DO CSMP - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA - ATUAÇÃO RESOLUTIVA. Celebração de Termo de Ajustamento de Conduta com o requerido. Instauração de Procedimento Administrativo para acompanhar e fiscalizar o integral cumprimento das obrigações assumidas no Termo de Ajustamento de Conduta, consoante o artigo 38, da Resolução nº 015/2007-PGJ, com redação dada pela Resolução nº 014/2017-CPJ, de 18 de dezembro de 2017. Vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

6. Inquérito Civil nº 06.2018.00001799-4

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Iguatemi

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Patrícia Derenusson Nelli Margato Nunes (Prefeita Municipal de Iguatemi)

Assunto: Apurar suposta prática de nepotismo na Prefeitura Municipal de Iguatemi, com base nas informações colhidas na Notícia de Fato n. 01.2018.00001100-1.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE IGUATEMI - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - APURAR SUPOSTA PRÁTICA DE NEPOTISMO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATEMI – RETORNO DOS AUTOS EM DILIGÊNCIA – IRREGULARIDADE SANADA - PERDA DO OBJETO – ATUAÇÃO RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Convertido os autos em diligência, a Promotoria de Justiça de origem prosseguiu com as investigações, e não restou comprovada a prática de ato de improbidade administrativa, pois o Município de Iguatemi adotou as medidas necessárias para exonerar os servidores públicos dos cargos em comissão de modo a não configurar a prática de nepotismo. Dolo do agente público não constatado. Perda do objeto. Falta de justa causa para o prosseguimento das investigações. Homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

7. Inquérito Civil nº 06.2018.00003144-1

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Antônio João

Assunto: Acompanhar a destinação de verba ao projeto de obra de abastecimento de água e esgotamento sanitário da Fundação Nacional de Saúde FUNASA, município de Antônio João/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE PONTA PORÃ - ACOMPANHAR A DESTINAÇÃO DE VERBA AO PROJETO DE OBRA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO DA FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE/FUNASA - VERBA PÚBLICA FEDERAL - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL - ATRIBUIÇÃO DO MPF - ENUNCIADO Nº 16/2017 DO CSMP - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO NÃO HOMOLOGADA - DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO. Convertido os autos em diligência, a Promotoria de Justiça de origem prosseguiu com as investigações, e verificou que trata de malversação de verba pública federal, portanto é alçada da Justiça Federal a sua apuração. Interesse inequívoco da União. Inteligência do artigo 109, inciso I, da Constituição Federal. Atribuição do MPF. Inteligência do Enunciado nº 16/2017 deste CSMP. Arquivamento não homologado. Declínio de atribuição ao Ministério Público Federal.

Deliberação: O conselho, à unanimidade, homologou o declínio de atribuição ao Ministério Público Federal, não sendo caso de promoção de arquivamento e determinou a baixa dos autos à Promotoria de Justiça de origem para que proceda a remessa dos autos originais ao Ministério Público Federal, nos termos do voto da Relatora.

8. Inquérito Civil nº 06.2019.00000293-9

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Camapuã

Requerente: Link Card Administradora de Benefícios EIRELI

Requerido: Município de Camapuã

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa decorrentes do descumprimento de termos do contrato entre o Município de Camapuã e a Empresa Link Card Administradora de Benefícios EIRELI.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CAMAPUÃ - APURAR EVENTUAL ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA DECORRENTES DO DESCUMPRIMENTO DE TERMOS DO CONTRATO ENTRE O MUNICÍPIO DE CAMAPUÃ E A EMPRESA LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS - ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO COMPROVADO - PERDA DO OBJETO – ATUAÇÃO RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. O valor referente ao serviço prestado pela requerente extrapolou o limite do contrato firmado com a municipalidade, portanto não há que se falar em atribuição do Ministério Público para investigar o caso, pois se trata de interesse individual e disponível da empresa contratada. Ausência do elemento subjetivo dolo. Ato de improbidade administrativa não comprovado. Perda do objeto. Vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

9. Inquérito Civil nº 06.2017.00000909-0

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar denúncia de irregularidades funcionais praticadas pelo senhor José Domingos Martinez de Camargo enquanto Diretor da Unidade

Educacional de Internação Masculina Penal, desta cidade de Corumbá/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CORUMBÁ - APURAR DENÚNCIA DE IRREGULARIDADES FUNCIONAIS PRATICADAS PELO DIRETOR DA UNIDADE EDUCACIONAL DE INTERNAÇÃO MASCULINA PENAL - ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO COMPROVADO - PERDA DO OBJETO - ATUAÇÃO RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Encaminhada para a autoridade responsável a denúncia constatada de irregularidade administrativa no tocante a realização dos plantões, a fim de que adote as providências cabíveis. Os demais itens da denúncia anônima carecem de verossimilhança, pois de acordo com os elementos de prova coligidos nos autos, as mesmas não se fazem presentes. Ausência do elemento subjetivo dolo. Ato de improbidade administrativa não comprovado. Perda do objeto. Vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

10. Inquérito Civil nº 06.2018.00003074-2

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Chapadão do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Paraíso das Águas/MS e Ireno de Amorim Malaquias EIRELI/ME

Assunto: Apurar eventuais atos de improbidade administrativa decorrentes de fraude em licitações realizadas pelo Município de Paraíso das Águas/MS e vencidas pela empresa individual IRENO DE AMORIM MALAQUIAS EIRELI/ME.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CHAPADÃO DO SUL - APURAR EVENTUAIS ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA DECORRENTES DE FRAUDE EM LICITAÇÕES REALIZADAS PELO MUNICÍPIO DE PARAÍSO DAS ÁGUAS/MS - ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO COMPROVADO - PERDA DO OBJETO - ATUAÇÃO RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. A denúncia anônima carece de verossimilhança, pois de acordo com os elementos de prova coligidos nos autos, não há que se falar em irregularidade nos procedimentos licitatórios realizados pelo Município de Paraíso das Águas para contratação das empresas investigadas. Ausência do elemento subjetivo dolo. Ato de improbidade administrativa não comprovado. Perda do objeto. Vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

11. Inquérito Civil nº 06.2018.00001052-4

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Luiza Keiko Okamoto Kato

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental do imóvel rural denominado Fazenda São Paulo, município de Aral Moreira/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MEIO AMBIENTE - COMARCA DE PONTA PORÃ - APURAR A REGULARIDADE JURÍDICO-AMBIENTAL DO IMÓVEL RURAL DENOMINADO FAZENDA SÃO PAULO LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE ARAL MOREIRA - INSCRIÇÃO DA PROPRIEDADE NO CADASTRO AMBIENTAL RURAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - PERDA DO OBJETO - FALTA DE JUSTA CAUSA - ATUAÇÃO RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. A requerida encaminhou comprovante de inscrição da propriedade no Cadastro Ambiental Rural do Estado de Mato Grosso do Sul CAR/MS. Regularização jurídico-ambiental da propriedade rural. Passivo ambiental não constatado. Perda do objeto. Falta de justa causa para o prosseguimento das investigações. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

12. Inquérito Civil nº 06.2018.00003185-2

Promotoria de Justiça da Pessoa com Deficiência da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar as condições de acessibilidade, salubridade, pessoal e material da Delegacia de Polícia Civil de Jaraguari/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE BANDEIRANTES - APURAR AS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE, SALUBRIDADE, PESSOAL E MATERIAL DA DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE JARAGUARI - MEDIDAS ADOTADAS – FALTA DE JUSTA CAUSA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. As medidas a serem adotadas para garantir as condições de acessibilidade, salubridade, pessoal e material da Delegacia de Polícia Civil de Jaraguari/MS, assim o foram. Falta de justa causa para o prosseguimento das investigações. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

13. Inquérito Civil nº 06.2019.00000518-0

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar o contido no auto de infração 20833, consistente em incêndio em área de Reserva Legal na Fazenda Bonito.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MEIO AMBIENTE - COMARCA DE NAVIRAÍ - APURAR O CONTIDO NO AUTO DE INFRAÇÃO 20833 CONSISTENTE EM INCÊNDIO EM ÁREA DE RESERVA LEGAL NA FAZENDA BONITO - VEGETAÇÃO RECUPERADA NATURALMENTE - PERDA DO OBJETO - FALTA DE JUSTA CAUSA - ATUAÇÃO RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. A Polícia Militar Ambiental elaborou Relatório de Vistoria na Fazenda Bonito e constatou que a vegetação da área de reserva legal atingida pelo fogo foi recuperada naturalmente. Dano ambiental não constatado. Perda do objeto. Falta de justa causa para o prosseguimento das investigações. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

14. Inquérito Civil nº 06.2016.0000115-0

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Sonora

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Leo Agropecuária Ltda. - Antônio Luiz Lamacchia

Assunto: Apurar a construção de represa e barragem no imóvel denominado

“Gleba I parte do Lote Penassimon” matrícula n. 6.096, livro 2 de Registro Geral, procedendo-se às comunicações e registros de praxe.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MEIO AMBIENTE - COMARCA DE SONORA - APURAR A CONSTRUÇÃO DE REPRESA E BARRAGEM NO IMÓVEL DENOMINADO GLEBA I PARTE DO LOTE PENASSIMON - VEGETAÇÃO NATIVA EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO – REGULARIDADE AMBIENTAL DO IMÓVEL RURAL - PERDA DO OBJETO - FALTA DE JUSTA CAUSA - ATUAÇÃO RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. O Departamento Especial de Apoio às Atividades de Execução DAEX do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul elaborou Relatório de Vistoria Técnica e constatou que a vegetação nativa encontra-se em bom estado de conservação. Regularização ambiental da propriedade rural. Perda do objeto. Falta de justa causa para o prosseguimento das investigações. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

15. Inquérito Civil nº 06.2018.00000559-8

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dois Irmãos do Buriti

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade na contratação de JAQUELINE ANDRADE, no ano de 2013, pelo Município de Dois Irmãos do Buriti/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE DOIS IRMÃOS DO BURITI - APURAR EVENTUAL IRREGULARIDADE NA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA PELO MUNICÍPIO DE DOIS IRMÃOS DO BURITI - ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO COMPROVADO - PERDA DO OBJETO - ATUAÇÃO RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. A denúncia anônima carece de verossimilhança, pois a servidora pública não possui mais vínculo de parentesco com a autoridade nomeante a época, em razão do término do relacionamento. Ausência do elemento subjetivo dolo. Ato de improbidade administrativa não comprovado. Perda do objeto. Vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

7.2.4. RELATOR-CONSELHEIRO SILASNEITON GONÇALVES:**1. Inquérito Civil nº 06.2018.00001632-9**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Santo Antônio das Garças, Juracy Auxiliadora Gonçalves de Mello

Assunto: Apurar dano ambiental causado no imóvel Fazenda Santo Antônio das Garças de propriedade de Juracy Auxiliadora Gonçalves de Mello, às margens do Rio Apa.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR DANO AMBIENTAL CAUSADO NO IMÓVEL FAZENDA SANTO ANTÔNIO DAS GARÇAS DE PROPRIEDADE DE JURACY AUXILIADORA GONÇALVES DE MELLO, AS

MARGENS DO RIO APA. INSTRUÇÃO CONCLUÍDA. DILIGÊNCIA CUMPRIDA. VISTORIA ELABORADA PELA POLÍCIA MILITAR AMBIENTAL. ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE E RESERVA LEGAL PRESERVADAS. ADOÇÃO DE PRÁTICAS DE CONSERVAÇÃO DO SOLO. RECOMENDAÇÕES FEITAS PELO DAEX ACATADAS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Confrontando as recomendações proferidas pelo DAEX com o Relatório de Vistoria elaborado pela Polícia Militar Ambiental, verifica-se que o proprietário da Fazenda Santo Antônio das Garças tomou as devidas providências para acatar as sugestões e sanar os danos apontados pelo relatório do DAEX realizado em 8 de abril de 2015. Assim, considerando a existência de PRADA e a inscrição da propriedade no CARMS, bem como não mais existindo os danos ambientais anteriormente verificados, não há nos autos, neste momento, elementos que exijam o prosseguimento das apurações ou a propositura de ação civil pública. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

Campo Grande, 26 de maio de 2020.

ALEXANDRE LIMA RASLAN
Procurador de Justiça
Secretário do Conselho Superior do MP

RETIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO PROFERIDA PELO EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Retificação da Deliberação proferida pelo Egrégio Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, em reunião ordinária realizada no dia 12 de maio de 2020, publicada no DOMPMS nº 2.207, de 20.5.2020: Que no item **7.2.6. RELATOR-CONSELHEIRO SILASNEITON GONÇALVES: – o subitem 1. Inquérito Civil nº 06.2019.00003161-9** da 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã, passe a deliberação constar como: ***O Conselho: à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

Campo Grande, 26 de maio de 2020.

ALEXANDRE LIMA RASLAN
Procurador de Justiça e
Secretário do Conselho Superior do Ministério Público

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**AVISO N. 0014/2020/CGMP/MS**

O CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 168 da Lei Complementar nº 72/94, alterada pela Lei Complementar nº 145/2010,

A V I S A:

Às autoridades judiciárias e policiais, bem como aos senhores Advogados, Defensores Públicos, Promotores de Justiça e público em geral, que, em razão da pandemia do Covid-19, a visita correcional do Corregedor-Geral do Ministério Público nas Promotorias de Justiça abaixo relacionadas será realizada no dia 4 de junho de 2020, às 14h, por meio de videoconferência:

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA
1ª PJ Campo Grande
2ª PJ Campo Grande
3ª PJ Campo Grande
4ª PJ Campo Grande
5ª PJ Campo Grande
6ª PJ Campo Grande
7ª PJ Campo Grande
8ª PJ Campo Grande
9ª PJ Campo Grande
35ª PJ Campo Grande
45ª PJ Campo Grande
75ª PJ Campo Grande

Informações, elogios e/ou reclamações poderão ser encaminhadas para o *e-mail* corregedoria@mpms.mp.br.

Campo Grande, 26 de maio de 2020.

MARCOS ANTONIO MARTINS SOTTORIVA
Corregedor-Geral do Ministério Público

COMISSÃO ELEITORAL**AVISO Nº 001/2020/CE-CGMP**

O PRESIDENTE DA COMISSÃO ELEITORAL DESIGNADA PELO PRESIDENTE DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA PARA CONDUÇÃO DO PROCESSO ELEITORAL PARA ELEIÇÃO DO CORREGEDOR-GERAL E DO CORREGEDOR-GERAL SUBSTITUTO PARA O BIÊNIO DE 2020/2022, no uso das atribuições previstas no artigo 6º da Resolução nº 003/CPJ/2012, de 31 de maio de 2012, do Colégio de Procuradores de Justiça, torna pública a relação dos candidatos habilitados para concorrer ao cargo de Corregedor-Geral e de Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, biênio 2020/2022:

Corregedor-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul:
Procurador de Justiça Silvio Cesar Maluf.

Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul:
Procurador de Justiça Helton Fonseca Bernardes.

Campo Grande, 26 de maio de 2020.

SÉRGIO LUIZ MORELLI
Procurador de Justiça
Presidente da Comissão Eleitoral

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2020NE000216 DE 25.05.2020 DO PROCESSO PGJ/10/1618/2020

Credor: S.A. DE JESUS COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Eletrônico nº 8/PGJ/2019 - Ata de Registro de Preços nº 25/PGJ/2019.**

Objeto: Aquisição de materiais de construção civil, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor: R\$ 1.000,00 (um mil reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2020NE000216 de 25.05.2020, Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

SECRETARIA DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO

PORTARIA Nº 1916/2020-PGJ, DE 26.5.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar público, conforme Anexo desta Portaria, o Relatório de Gestão Fiscal da Procuradoria-Geral de Justiça, referente ao primeiro quadrimestre de 2020, nos termos da alínea “a” do inciso I do artigo 55 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL - PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
1º QUADRIMESTRE DE 2020

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

RS 1,00														
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)												INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	
	LIQUIDADAS													
	MAI/19	JUN/19	JUL/19	AGO/19	SET/19	OUT/19	NOV/19	DEZ/19	JAN/20	FEV/20	MAR/20	ABR/20		TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	19.741.108,84	20.972.664,29	20.700.649,83	20.708.845,46	20.756.469,18	22.248.022,62	20.664.820,00	42.310.963,94	21.216.007,73	21.392.785,60	21.164.992,63	21.063.744,80	272.941.074,92	0,00
Pessoal Ativo	15.460.683,89	16.684.181,46	16.410.491,86	16.405.762,14	16.390.964,64	17.824.403,40	16.367.580,40	33.636.396,90	16.860.896,53	16.984.520,73	16.789.889,55	16.688.244,06	216.504.015,62	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	12.239.001,14	13.428.733,05	13.136.147,92	13.107.624,54	12.971.646,96	14.126.049,70	12.993.521,86	27.027.491,12	13.686.477,65	13.806.521,76	13.616.425,03	13.499.723,86	173.639.364,59	0,00
Obrigações Patronais	3.107.590,02	3.128.145,73	3.108.911,14	3.093.175,80	3.122.282,41	3.380.216,53	3.159.395,96	6.335.235,54	3.174.418,88	3.177.998,97	3.173.464,52	3.188.520,20	41.149.115,59	0,00
Benefícios Previdenciários	114.332,73	127.302,68	165.432,80	204.961,71	297.035,27	318.137,22	214.662,58	273.670,44	0,00	0,00	0,00	0,00	1.715.535,44	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	4.280.424,95	4.288.482,83	4.290.157,97	4.303.083,32	4.365.504,54	4.423.619,16	4.297.239,60	8.674.567,04	4.355.111,20	4.408.264,87	4.375.103,08	4.375.500,74	56.437.059,30	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	3.298.432,99	3.298.432,99	3.303.519,23	3.316.444,58	3.378.518,61	3.433.093,24	3.311.209,79	6.604.212,50	3.324.687,29	3.360.424,50	3.327.262,71	3.355.336,97	43.311.575,40	0,00
Pensões	977.211,59	985.269,47	981.858,37	981.858,37	982.205,56	983.594,32	982.205,56	2.065.335,14	1.030.423,91	1.047.840,37	1.047.840,37	1.020.163,77	13.085.806,80	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	4.780,37	4.780,37	4.780,37	4.780,37	4.780,37	6.931,60	3.824,25	5.019,40	0,00	0,00	0,00	0,00	39.677,10	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de precatorização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	4.295.620,04	4.705.478,12	4.844.718,05	4.829.527,50	4.891.398,28	4.949.512,90	4.823.133,34	9.736.980,41	5.315.554,04	5.352.235,50	5.197.425,83	5.181.602,19	64.123.186,20	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	15.195,09	416.995,29	554.560,08	526.444,18	525.893,74	525.893,74	525.893,74	1.062.413,37	960.442,84	943.970,63	822.322,75	806.101,45	7.686.126,90	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	4.280.424,95	4.288.482,83	4.290.157,97	4.303.083,32	4.365.504,54	4.423.619,16	4.297.239,60	8.674.567,04	4.355.111,20	4.408.264,87	4.375.103,08	4.375.500,74	56.437.059,30	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	15.445.488,80	16.267.186,17	15.855.931,78	15.879.317,96	15.865.070,90	17.298.309,73	15.841.686,66	32.573.983,53	15.900.453,69	16.040.550,10	15.967.566,80	15.882.142,61	208.817.888,72	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL														
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)												12.742.182.036,69	-	
(c) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)												6.335.492,90	-	
(c) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI)													-	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)												12.735.846.543,79	-	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)												208.817.888,72	1,64%	
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)												254.716.930,88	2,00%	
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)												241.981.084,34	1,90%	
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x VIII) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)												229.245.237,79	1,80%	

FONTE: Sistema SPF - Sistema de Planejamento e Finanças, em 08/05/2020

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTA: Deduzido o IRRF da Despesa Bruta com Pessoal em razão de Parecer do TCE/MS.

Tabela 1.1

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL								
<Exercício em que o ente excedeu o limite>			<Exercício do primeiro período seguinte>			<Exercício do segundo período seguinte>		
<Quadrimestre/Semestre>			<Primeiro período seguinte>			<Segundo período seguinte>		
Limite Máximo	% DTP	% Excedente	Redutor mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3 * c)	Limite	% DTP	Redutor Residual	Limite	% DTP
(a)	(b)	(c) = (b-a)	(d)	(e) = (b-d)	(f)	(g) = (f-a)	(h) = (a)	(i)
2,00%		1,64%						

Nota: DTP corresponde à Despesa Total com Pessoal.

Marco Aurélio de Sá Baptista
Chefe do Deptº. de Contabilidade
Contador CRC/MS 6688/O-2

Natascha Junko Sakamoto Costa
Chefe do Depto. de Auditoria Interna

Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral de Justiça

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL

DOURADOS

EDITAL 0014/2020/10PJ/DOS

A 10ª Promotoria de Justiça de Dourados torna pública a conversão do Procedimento Preparatório em Inquérito Civil:

Inquérito Civil nº 06.2020.00000320-5

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Dourados e Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto : Apurar as medidas implementadas pelo Município de Dourados e Estado de Mato Grosso do Sul para diagnóstico, isolamento, acompanhamento e tratamento de eventuais pacientes infectados pelo COVID-19 - Coronavírus.

Dourados, 26 de maio de 2020

ETÉOCLES BRITO MENDONÇA DIAS JÚNIOR

Promotor de Justiça

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

SÃO GABRIEL DO OESTE

EDITAL N.º 0010/2020/02PJ/SGO

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de São Gabriel do Oeste/MS torna pública a instauração de Procedimento Administrativo que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Mato Grosso do Sul, nº 1745, Centro, nesta cidade, ou pelo endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições nº 09.2020.00001047-2

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de São Gabriel do Oeste/MS.

Assunto: Acompanhar o Programa Família Acolhedora neste ano de 2020 no Município de São Gabriel do Oeste/MS.

São Gabriel do Oeste, MS, 21 de maio de 2020.

DANIEL HIGA DE OLIVEIRA

Promotora de Justiça em Substituição Legal

EDITAL N.º 0011/2020/02PJ/SGO

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de São Gabriel do Oeste/MS torna pública a instauração de Procedimento Administrativo que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Mato Grosso do Sul, nº 1745, Centro, nesta cidade, ou pelo endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo de tutela de interesses individuais indisponíveis nº 09.2020.00000679-0

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerida: Andreia Antunes de Oliveira.

Assunto: Apurar suposta situação de risco vivenciada por L. M. O. S.

São Gabriel do Oeste, MS, 22 de maio de 2020.

DANIEL HIGA DE OLIVEIRA

Promotor de Justiça em Substituição Legal

EDITAL N.º 0012/2020/02PJ/SGO

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de São Gabriel do Oeste/MS torna pública a instauração de Procedimento Administrativo que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Mato Grosso do Sul, nº 1745, Centro, nesta cidade, ou pelo endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo de tutela de interesses individuais indisponíveis nº 09.2020.00000674-6

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requeridos: Município de São Gabriel do Oeste/MS.

Assunto: Apurar suposta situação de risco vivenciada pelo idoso Floreleno Alves de Oliveira

São Gabriel do Oeste, MS, 22 de maio de 2020.

DANIEL HIGA DE OLIVEIRA

Promotor de Justiça em Substituição Legal

EDITAL N.º 0013/2020/02PJ/SGO

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de São Gabriel do Oeste/MS torna pública a instauração de Procedimento Administrativo que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Mato Grosso do Sul, nº 1745, Centro, nesta cidade, ou pelo endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo de tutela de interesses individuais indisponíveis nº 09.2020.00000662-4

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de São Gabriel do Oeste/MS.

Assunto: Apurar a necessidade de internação da adolescente K. F. C., para tratamento de drogadição.

São Gabriel do Oeste, MS, 22 de maio de 2020.

DANIEL HIGA DE OLIVEIRA

Promotor de Justiça em Substituição Legal

COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

RIO NEGRO

EDITAL N.º 20/2020

A Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Negro torna pública a instauração do Inquérito Civil n.º 06.2020.00000670-2, que está à disposição de quem possa interessar nesta Promotoria de Justiça, sita na Rua Nove de Maio, n.º 305 – Tel.: 3278-1356, Centro - Edifício do Fórum, nesta.

Inquérito Civil n.º 06.2020.00000670-2

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Corguinho

Assunto: Apurar possíveis irregularidades quanto ao controle de frequência de profissionais da saúde, bem como inconformidades quanto à disponibilização da escala desses plantonistas no município de Corguinho.

Rio Negro, 20 de maio de 2020

JULIANA PELLEGRINO VIEIRA

Promotora de Justiça em Substituição Legal

EDITAL N.º 21/2020

A Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Negro torna pública a instauração do Inquérito Civil n.º 06.2020.00000669-0, que está à disposição de quem possa interessar nesta Promotoria de Justiça, sita na Rua Nove de Maio, n.º 305 – Tel.: 3278-1356, Centro - Edifício do Fórum, nesta.

Inquérito Civil n.º 06.2020.00000669-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Rochedo

Assunto: Apurar possíveis irregularidades quanto ao controle de frequência de profissionais da saúde, bem como inconformidades quanto à disponibilização da escala desses plantonistas no município de Rochedo.

Rio Negro, 20 de maio de 2020

JULIANA PELLEGRINO VIEIRA

Promotora de Justiça em Substituição Legal